



O TRANSPORTE ESCOLAR NA CIDADE DE CRATEÚS: UMA POLÍTICA PÚBLICA EM FAVOR DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

Caio Paiva Fernandes ¹
Jearles Ximenes Alcantara Barros ²
Antônia Karla Bezerra Gomes ³

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de analisar as condições de acesso ao ensino básico, investigando a aplicação das políticas públicas de transporte escolar na educação básica de Crateús. Ao averiguar o cenário municipal, foi perceptível as diversas mudanças causadas após a implementação das leis estaduais, bem como, a criação do programa caminhos da escola, que regulamentam as políticas públicas de transportes, indo desde a esfera federal até a municipal. Destaca-se então, como objetivo principal da pesquisa, responder o questionamento de que as políticas públicas de transporte escolar em Crateús, garantiram ou não o ingresso de estudantes em condições sociais desfavoráveis, ao ensino básico escolar, e como consequência disso, ter diminuído os índices de evasão escolar. A metodologia consistiu em uma pesquisa qualitativa, realizando um levantamento bibliográfico e documental sobre a temática abordada, a segunda etapa foi a entrevista não estruturada, para coleta de dados com a coordenadora pedagógica e professora do Colégio Regina Pacis, que por estar trabalhando a muito tempo na área da educação, vivenciou todo o processo de transformação proporcionado pela introdução do transporte escolar. Com as observações realizadas no decorrer desse projeto de pesquisa, ficou evidente que os investimentos federais, estaduais e municipais nos transportes escolares, garantiram uma mudança significativa para a democratização e inclusão do ensino público a mais estudantes, fazendo valer o artigo 205 da Constituição Federal.

Palavras-chave: Educação, Políticas Públicas, Transporte Escolar, Crateús

INTRODUÇÃO

O direito a educação é parte fundamental da construção do ser humano, enquanto sujeito social e intelectual, sendo inclusive, assegurado na legislação brasileira, por múltiplos instrumentos legais. A Constituição Federal, em seu artigo 205, descreve que a educação é de responsabilidade do Estado e da família e que ela visa o desenvolvimento para o exercício da cidadania e para a qualificação profissional (BRASIL, 1988). Porém, em meio a um País como o Brasil, com uma origem colonial e escravocrata refletindo em altos índices de desigualdade social, é perceptível que o acesso à educação não ocorre de forma eloquente nas diversas camadas: sociais, econômicas, estruturais e também espaciais, desse País.

¹ Graduado do Curso de Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Crateús, caio.paiva.fernandes07@aluno.ifce.edu.br ;

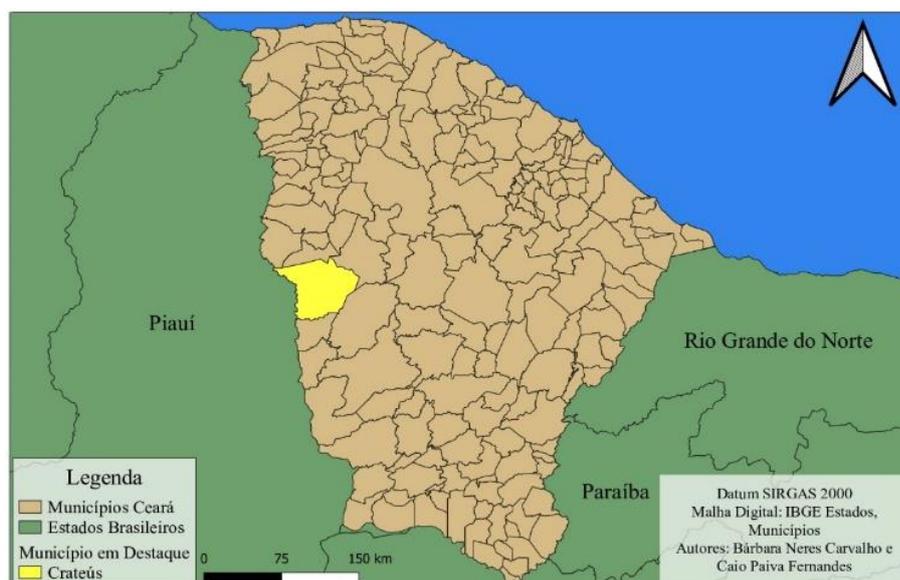
² Graduado do Curso de Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Crateús, jearles.ximenes.alcantara07@aluno.ifce.edu.br ;

³ Mestra em avaliação de políticas públicas, pedagoga e professora do IFCE campus Crateús – Ce, karla.gomes@ifce.edu.br.

Desse Modo, o direito a educação também tem sua garantia pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996), lei essa que, ratifica os termos estabelecidos pela Constituição Federal e atribui ao Estado o provimento de programas educacionais que proporcionem o ensino, com o fornecimento de assistência social, alimentação, transporte e material didático (BRASIL, 1996). Nessa concepção, é compreensível perceber que nossa legislação possui condições satisfatórias para que a democratização e efetivação do ensino, possa ocorrer em todo o Brasil. Entretanto, por ser uma conjuntura ampla no 5º maior estado nação do mundo, alguns fatores acabam afetando diretamente na inclusão e no acesso a educação, principalmente em áreas mais interioranas, como o caso de Crateús-CE, sendo o lócus de nossa pesquisa e discussão.

A cidade de Crateús fica no interior do estado do Ceará, tendo sua distância da capital de Fortaleza, uma equivalência de 285 km de distância entre ambas (REGIC, 2018). Nessa questão, o município se caracteriza também por ser a cidade polo de sua microrregião de pertencimento, sendo ela os Sertões de Crateús sendo composta de treze distritos (IPECE, p. 06, 2016). Sendo uma cidade com urbanização recente e em crescente desenvolvimento, as ligações com a zona rural ainda são bastante evidentes, somando-se a isso, o escasso acesso ao ensino médio, e as escolas da educação básica, tornando-se necessário em muitos casos o acesso ao centro urbano. O mapa abaixo, evidencia a posição geográfica da cidade de Crateús, no estado do Ceará.

Mapa 1 – Mapa do Estado do Ceará, com destaque para o Município de Crateús



Fonte: Elaboração própria, a partir do programa Q-giz 3.24, 2022. Colaboração Bárbara Neres.

Centralizando o objetivo principal dessa pesquisa, abordamos o transporte escolar em especial nas áreas rurais do município de Crateús, como um importante fator de apoio à educação, já que cerca de um quinto da população do País reside em áreas rurais (IBGE, 2022). Dentro dessa lógica, Carvalho et al (p.120, 2017) faz a sua contribuição sobre a questão da nucleação, argumentando que “O processo de nucleação foi desenvolvido buscando-se a melhoria do sistema educacional e a igualdade de condições para a escola do campo frente à urbana.”. Esse processo põe em evidência que, por mais que o País tenha uma legislação e programas que configurem um estado participativo, a estrutura ainda está longe de ser favorável a inclusão. Assim, ainda faltam escolas para boa parte da população, em especial na zona rural, bem como, um transporte escolar que torne acessível o contato do aluno com a escola.

Referente a cidade de Crateús, uma das principais dificuldades encaradas pela população mais carente e vítimas das desigualdades sociais, é exatamente o acesso à infraestrutura escolar. No para os alunos do campo essa conjuntura é ainda mais grave, pois a distribuição espacial e dispersão populacional, colaboram para a ocorrência de extensos deslocamentos para chegar até a escola, sendo esse um desafio diário (CARVALHO et al, 2017). Na oposição urbano x rural as desigualdades são evidentes, uma vez que na cidade o transporte escolar não é tão crítico, embora ainda seja um problema. Além disso, na maioria das cidades é comum ter transportes como ônibus, vans e similares, que podem ser utilizados pelos estudantes, isso não é era tão presente nas localidades de zona rural, de modo que, para ter acesso a escola era necessário percorrer grandes distâncias.

Entretanto, este cenário vem mudando, a partir dos anos 2000, percebemos maiores investimentos em transportes escolares. Nesse sentido, cabe destacar o programa Caminho da Escola criado em 2007, “com o objetivo de padronizar os veículos de transporte escolar, com vistas a melhoria da qualidade e dos elementos de segurança, redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nas aquisições governamentais” (RIBEIRO; TENTES, p.16, 2016). Ademais, existem 2 formas para estados e municípios participarem deste programa: com recursos próprios, via convênio firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Cabe destacar, no caso cearense a Lei nº 14.035 de dezessete de dezembro de 2007, institui o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, neste programa tem o objetivo de oferecer aos municípios assistência financeira, em caráter suplementar, para garantir a oferta de transporte aos alunos da educação básica pública, tendo prioridade para os residentes em zona



rural. Esta lei é de grande importância, pois, define como ocorrerá a gestão de recursos e o andamento da política pública de transporte escolar no estado.

METODOLOGIA

No que se refere a escolha de uma metodologia de pesquisa diversificada e que atenda aos anseios e expectativas do artigo em questão, Lakatos e Marconi (1987, p.105), dizem que “a determinação da metodologia é essencial, pois responde a diversas questões fundantes para a pesquisa: “como? com quê? onde? quanto?”, exemplificando a necessidade de se utilizar metodologias de caráter qualitativo, quanto quantitativo.

Logo, destaca-se inicialmente como metodologia utilizada neste trabalho o levantamento bibliográfico e documental sobre a temática abordada, por meio de pesquisa a materiais referentes a efetivação das políticas educacionais de transportes. Nessa perspectiva, a leitura e compreensão de Leis federais e estaduais sobre o direito ao transporte público escolar, para os alunos, tem seu destaque, além da presença importante de autores que possuem um vasto campo de pesquisa nessa área, que serão mais abordados no decorrer desse texto. Para além da pesquisa bibliográfica, buscando entender como estão sendo realizadas as políticas públicas de transporte escolar no município de Crateús, partimos para a segunda metodologia utilizada, sendo a entrevista não estruturada.

A segunda etapa da construção da pesquisa, consistiu na coleta de dados por meio de um entrevista não estruturada, sendo realizada com duas funcionárias do Colégio Estadual Regina Pacis, servindo como um relato de testemunho do antes e depois dessas políticas públicas. Esta coleta ocorreu por meio dos relatos da coordenadora pedagógica e de uma professora, ambas funcionárias do colégio em um longo período de tempo. No decorrer das falas de ambas, ficou enfatizado a importância do estabelecimento de políticas públicas na educação, a exemplo do FUNDEF, FUNDEB, FNDE, PDDE e programas mais voltados ao transporte escolar, como o “caminhos da escola” e a Lei estadual nº 14.035, oferecendo assistência financeira aos municípios no transporte escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, traremos um pouco dos fundamentos, base teórica, dados importantes e os conceitos que foram constantemente abordados no decorrer dessa pesquisa. Nesse aspecto, essa seção está diretamente relacionada com a pesquisa realizada por diferentes e importantes autores que se debruçaram em pesquisar sobre a temática do transporte escolar.



Sendo uma das principais pesquisadoras da área, Andreia Couto Ribeiro, acaba tendo destaque aqui em dois artigos, de autoria principal, sendo estes: *O Caminho da Escola para os Estudantes com Deficiência: o Transporte Escolar Acessível no Plano Viver sem Limite* (RIBEIRO, 2016) e o artigo “*a trajetória histórica da política pública de transporte escolar: um olhar sob a assistência dos programas federais para a educação básica*” (RIBEIRO, 2015). Nesse primeiro artigo, o tema do transporte escolar é usado como um fator fundamental para o acesso a educação não somente aos estudantes com um quadro mais comum de demanda, mas também para aqueles que possuem algum tipo de deficiência.

Estudando o seu segundo artigo mencionado, podemos perceber que a autora vem com a proposta de analisar mais a fundo toda a legislação brasileira, buscando na constituição federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no Plano Nacional de Educação (2001/2010) e outras leis, os direitos assegurados para o transporte escolar. Nessa pesquisa, Ribeiro (2015) chega a conclusão de que o transporte público escolar foi um direito consolidado na realidade brasileira por intermédio de muitas demandas sociais, sendo consolidado enquanto política educacional e política pública. Logo, a autora faz um forte discurso de defesa e manutenção desses direitos conquistados, reconhecendo que a sua efetivação em todo o território nacional ainda deve ser alcançado.

Dando ênfase ao transporte escolar na zona rural, utilizamos como base os estudos dos autores: De Vasconcellos (2013), Ferreira et al (2020), Martins (2010) e Tedesco (2008). De um modo geral, os autores abordaram as diversas dificuldades enfrentadas pelos alunos da zona rural de todo o território nacional, expondo diversos pontos de vista. Foi feita uma explicação sobre a desigualdade social presente em nossa País, e como isso afeta na qualidade e no acesso ao ensino por meio das escolas, além de haver a denuncia de que, muitas das escolas do campo acabam sendo fechadas, tendo como principal desculpa o baixo quantitativo de alunos matriculados. Além disso, também ocorreu a menção do fenômeno chamado de nucleação do ensino, de modo que, centraliza as escolas apenas no centro urbano, deixando a zona rural em muitos casos, em despenho.

Ainda contribuindo para discussão sobre as políticas públicas do transporte escolar, a pesquisa de Carvalho et al (2017), traz algumas informações sobre a evolução do transporte público escolar no Brasil, em especial sobre o caminhos da escola. Além da explicação sobre como funciona a dinâmica de execução desse programa, por meio da diversidade de veículos de locomoção que possui, o autor também argumenta como esse impacto foi fundamental na educação brasileira, sendo um divisor de águas na história da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O transporte escolar é o meio pelo qual se proporciona à educação de pessoas localizadas em áreas distantes ou com ausência de escolas na sua região, devendo ser considerado elemento essencial no processo de democratização da educação. Todos temos direito ao acesso de uma educação pública de qualidade, sendo o transporte escolar um dos elementos principais para a efetivação desse direito fundamental. A partir de 2007 observamos avanços nas políticas públicas de transporte escolar, com isso, percebemos a melhoria no acesso aos espaços escolares, entretanto, ainda há muito o que melhorar.

No caso de Crateús, observamos que com o investimento do estado tem ampliado a frota de transportes escolares, o que possibilitou a maior participação dos estudantes da zona rural, fazendo com que diminua a evasão e conseqüentemente aumentando o quantitativo de estudantes que conseguiram êxito na conclusão do ensino fundamental ou médio. Nos relatos dos professores do Colégio Regina Pacis, foi perceptível que as melhorias do transporte escolar se deram a partir do FUNDEB, o qual proporcionou o financiamento de novos transportes, aumentando a capacidade e a distribuição nas regiões, podendo assim abranger mais alunos.

Também cabe destacar, no caso do IFCE - Campus Crateús, o transporte escolar é fruto da parceria entre Governo do Estado e IFCE, esta parceria tem proporcionado melhor deslocamento dos discentes no perímetro urbano de Crateús.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o levantamento de informações obtidas no decorrer desse artigo de pesquisa, fica evidente que a adoção de políticas públicas que atuam diretamente na política educacional, se faz necessária para uma educação emancipadora, democrática e acessível. Ao realizar um levantamento histórico do acesso ao ensino médio, por alunos da zona rural e urbana, em especial alunos da zona periférica. Por meio da pesquisa bibliográfica e da entrevista com professoras de uma escola da rede estadual, podemos constatar que a nossa tese inicial se sustentava. Foi observado ainda que, a presença desses estudantes bem como a sua evasão escolar, eram altíssimos, tendo diminuído com a aplicação do transporte escolar dentro do município de Crateús.

As políticas de transporte escolar no Ceará e em especial na cidade de Crateús, a cada ano vem melhorando, isso vem proporcionando as escolas e aos alunos melhores índices na qualidade e acesso à educação, além de uma melhora no indicativo das avaliações externas. Isso se deve, graças a maior assiduidade e presença dos estudantes, de modo que, eles têm conseguido acessar o ambiente escolar resultando em uma melhor aprendizagem. Essa política



pública proporcionou ao aluno o direito de conseguir um acesso aos vários níveis de ensino, que por não haver escolas sempre próximas da localidade dos alunos, acaba por não ser ofertado em todas as regiões do município. Percebemos também durante as leituras realizadas que, o transporte escolar além de proporcionar uma maior responsabilidade e segurança com o aluno, também promove acessibilidade, para os estudantes com deficiência.

Por fim, o transporte escolar, é um programa complementar para a educação, e tem um papel fundamental para garantir o acesso e a permanência de alunos nas escolas. Por meio do avanço nas diversas leis e políticas educacionais, foi possível democratizar mais esse acesso à educação pelo Brasil, uma vez que, muitos alunos ainda enfrentam dificuldades com a distância e a forma de locomoção para as escolas. No entanto, simples provimento do transporte não é suficiente para garantir a educação para esses estudantes, sendo necessário que o transporte escolar seja fornecido de forma condizente com as necessidades dos alunos, além de ser sempre aprimorado e fiscalizado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a empresa realize eventos pela realização do VIII Conedu, por realizar um congresso tão especial e por possibilitar minha participação como monitor voluntário, sendo isso de grande serventia para minha formação. Aproveito esse espaço também para evidenciar a importância da educação pública em minha formação, dando destaque ao componente curricular de política educacional, ministrado pela minha orientadora Karla Gomes, vindo daí o interesse por essa pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. 1988. Art. 205. Planalto.gov.br. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. **Diretrizes de Bases da Educação Nacional**. 1996. Lei nº 9.394. Planalto.gov.br. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 21 set. 2022.

CARVALHO, Willer Luciano; LEITE, Poliana de Sousa; NASCIMENTO, Heitor Pereira do. **O processo evolutivo do transporte escolar rural brasileiro no modo rodoviário**. Revista eletrônica de engenharia civil. REEC. 2017.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil básico municipal Crateús**. Ceará: IPECE, 2012, p. 06.



DE VASCONCELLOS, Eduardo Alcantara. **Transporte, escolarização e política educacional rural**. Cadernos de Pesquisa, n. 55, p. 18-30, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE - Educa | Jovens**. IBGE Educa Jovens. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>>. Acesso em: 18 set. 2022.

FERREIRA, Josiane et al. **Condições do transporte escolar rural e suas implicações no rendimento dos alunos**. Repositório IF goiano, 2020.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho científico**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MARTINS, Ana Paula Antunes. **Análise dos impactos das condições do transporte escolar rural no rendimento escolar dos alunos**. Repositório UNB, 2010

REGIC. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, p. 28.

RIBEIRO, Andreia Couto; DE JESUS, Wellington Ferreira. **A trajetória histórica da política pública de transporte escolar: um olhar sob a assistência dos programas federais para a educação básica**. Revista HISTEDBR On-line, v. 15, n. 66, p. 135-159, 2015.

RIBEIRO, Andreia Couto; TENTES, Vanessa Teresinha Alves. O Caminho da Escola para os Estudantes com Deficiência: o Transporte Escolar Acessível no Plano Viver sem Limite. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 27-38, 2016.

TEDESCO, Giovana Megume Ishida; GASPARINI, Rozangela; MENEZES, P. B. **Conhecendo o transporte escolar rural no Brasil**. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES. p. 1-12. 2008